

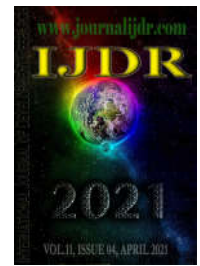


ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research
Vol. 11, Issue, 04, pp. 45849-45856, April, 2021
<https://doi.org/10.37118/ijdr.21478.04.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

APROXIMAÇÕES SOBRE OS PESQUISADORES QUE DEFENDEM EXPLICITAMENTE A TERCEIRIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS

Ibrahim Rogério Jarochinski Marinho and Leonardo Carnut

Faculdade de Saúde Pública – FSP, Universidade de São Paulo – USP

ARTICLE INFO

Article History:

Received 27th January, 2021
Received in revised form
17th February, 2021
Accepted 11th March, 2021
Published online 13th April, 2021

Key Words:

Terceirização. Forças Políticas.
Sistema Único de Saúde.

*Corresponding author:

Ibrahim Rogério Jarochinski Marinho

ABSTRACT

Este estudo pretende identificar quem são os pesquisadores que defendem explicitamente a terceirização da saúde pública no Brasil. Para isso, foi realizada uma revisão a qual a primeira parte constituiu-se de uma revisão narrativa, minimamente sistematizada, cuja fonte foi a base dados de publicações científicas da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a segunda parte de uma pesquisa no currículo Lattes dos pesquisadores encontrados para compreender melhor sua trajetória profissional. A estratégia de busca na base da FGV foi construída pelos polos: terceirização (fenômeno), forças políticas neoliberais (população) e Sistema Único de Saúde (contexto). O limite de idioma foi apenas a língua portuguesa. O protocolo PRISMA foi usado para organizar o processo de seleção dos estudos. A análise dos dados foi feita na modalidade narrativa simples. Apenas 3 artigos foram incluídos que defendiam explicitamente a terceirização do SUS e foram identificados 7 pesquisadores-autores. No currículo Lattes dos autores foram extraídos: formação de graduação, área do doutorado, filiação a grupos de pesquisa, a revista das últimas publicações, o local de trabalho atual, o caminho profissional e as relações pessoas e orientadores. No Diretório de Grupos de Pesquisa do Lattes identificou-se os financiamentos de pesquisa, as instituições parcerias e a posição do líder do grupo de pesquisa. A maioria apresenta formação da área das ciências sociais aplicadas e apenas uma em enfermagem. Dos 7 pesquisadores apenas 1 está atuando exclusivamente na área pública, enquanto 6 deles encontram-se prestando algum tipo de serviço à iniciativa privada. Conclui-se que, ainda que com um caráter exploratório, esta pesquisa gera algumas reflexões para defender o SUS tais quais: qual a relevância social dos temas que são pesquisados nas universidades públicas? como estas pesquisas, financiadas com impostos pagos sobretudo pelos mais vulneráveis, poderão colaborar para a transformação da sociedade atual?

Copyright©2021, Ibrahim Rogério Jarochinski Marinho and Leonardo Carnut. 2021. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Ibrahim Rogério Jarochinski Marinho and Leonardo Carnut. 2021. "Aproximações sobre os pesquisadores que defendem explicitamente a terceirização da saúde pública e suas trajetórias profissionais", *International Journal of Development Research*, 11 (4), 45849-45856.

INTRODUCTION

A universidade brasileira prefigura um ambiente plural e dinâmico, cheio de tendências, epistemes e formas de análise que se enquadram em diferentes perspectivas de mundo. No âmbito da saúde, por mais homogêneo que se possa parecer a uma primeira vista, o saber construído no mundo acadêmico também perpassa por essas diferenças analíticas, especialmente quando o conteúdo produzido por estes pesquisadores se aproxima da discussão social. A rigor, o direito à saúde no Brasil, traduzido pelo Sistema Único de Saúde, é um destes conteúdos que mais se apresenta "tensionado" por várias vertentes de análise, seja dentro do setor saúde como fora dele. Mas, o que interessa problematizar neste estudo é como os pesquisadores que se reconhecem investigadores sobre o SUS, abordam este objeto desvelando intencionalidades privatizantes. Sabe-se que no processo de implementação do SUS, o seu componente eminentemente público tem foi se esvaindo ao longo dos anos, a ponto de, atualmente depararmos com um contraponto considerável sobre o

ethos público deste sistema. Seja, pelo crescente incentivo ao mercado de planos de saúde, seja pela terceirização por dentro do sistema público (por meio das OSs, Oscips etc.), é possível identificar com, ainda que com "borrimentos" os antagonismos existentes às diretrizes constitucionais do SUS¹. O SUS, desde 1990 vem sendo cerceado por um projeto neoliberal. O conhecimento científico sobre ele vem sendo edificado a passos largos, mas pouco do conhecimento que converge com seus princípios e diretrizes vem servindo de evidência para a tomada de decisão menos empiricista. O que se percebe na prática cotidiana^{2,3,4} é que a operacionalidade do SUS vem se desenvolvendo no caminho das hibridizações entre público-privado cada vez mais orientadas ao consumo e, ainda, tornando-se um polo de atenção focalizado e em franco desfinanciamento para drenar a demanda mais vulnerável ao mercado. É neste conflito concreto em que parte dos pesquisadores acadêmicos usam sua expertise para justificar a terceirização da saúde pública no Brasil por exemplo. Por mais bem intencionados que sejam estes pesquisadores, a crítica da produção do conhecimento que reforçam a ordem do capital não é feita, justamente

porque não se questionam insistentemente a quais interesses o conhecimento que produzem estão subsumidos⁵. Por isto, este estudo teve como objetivo revisar os pesquisadores e seus grupos científicos ligados as forças políticas neoliberais que defendem a terceirização da saúde pública no Brasil.

MÉTODO

No presente artigo empregamos um método misto entre a revisão narrativa, minimamente sistematizada com a ajuda de descritores e estratégia reproduzível em base de dados e uma pesquisa no currículo Lattes dos pesquisadores encontrados para compreender melhor sua trajetória profissional. Na primeira parte, onde organizamos a revisão narrativa, partimos da seguinte pergunta: “*quais são os pesquisadores ligados as forças políticas neoliberais que defendem a terceirização da saúde pública no Brasil?*”. A respectiva pergunta permitiu selecionar palavras-chaves e definição de palavras sequentes para pesquisa inicial que foram utilizadas como descritores na plataforma Sistemas de Bibliotecas FGV – Banco de dados Fundação Getúlio Vargas (FGV) – <https://sistema.bibliotecas.fgv.br>. (quadro 1). Elegemos esta base de dados pela possibilidade de ela provavelmente recuperar mais artigos de autores que defendam a terceirização da saúde pública no Brasil. Os itens-chaves foram montados e combinados através de polos, o objetivo principal foi de construir um banco para pesquisa com ampla abrangência de maneira sistematizada e com grande captação de artigos e documentos. Estes testes exploratórios possibilitaram confirmar que as palavras-chave são amplamente utilizadas para indexação de conteúdo pela comunidade científica que vem pesquisando o tema. Nesta pesquisa os descritores foram combinados entre eles dentro de um item-chave com o uso do operador Booleano “OR”, o respectivo descritor tem a função de aumentar a abrangência das pesquisas. No campo “Busca Integrada” do banco de dados do sistema de bibliotecas da FGV realizou-se as pesquisas das palavras-chaves, para a composição e pesquisa dos polos foi utilizada a opção de “Busca Avançada”, neste local a pesquisa foi iniciada com a abreviatura TX (texto completo), em seguida foi realizada a pesquisa das combinações dos polos com os descritores Booleanos “OR”. Para a formação da sintaxe final na opção “Busca Avançada” utilizamos o descritor Booleano “AND” para a combinação dos polos.

Quadro 1. Item-chave, palavras-chaves derivadas e polo de estratégia de busca da revisão narrativa. 2020.

Item-chave	Palavras-chave	Polo da estratégia de busca
Terceirização	serviços terceirizados, organizações sem fins lucrativos, privatização, organizações sociais, OS, OSS, OSCIP, terceiro setor, reforma do Estado, gerencialismo, reforma gerencial, terceirização.	Fenômeno
Forças Políticas Neoliberais	Forças Políticas e Neoliberal	População
Sistema Único de Saúde	Sistema Único de Saúde	Contexto

Fonte: elaboração dos autores

Quadro 2. Polos da pergunta de pesquisa, descrição e estratégia de busca por polo. 2020

Polo	Descrição	Sintaxe da estratégia de busca por polo
Fenômeno (Terceirização)	Neste polo foram incluídas as palavras-chave combinadas relacionados ao item-chave “terceirização”. Recuperou 7.107.285 publicações.	TX "serviços terceirizados" OR "organizações sem fins lucrativos" OR "privatização" OR "organizações sociais" OR "OS" OR "OSS" OR "OSCIP" OR "terceiro setor" OR "reforma do Estado" OR "gerencialismo" OR "reforma gerencial" OR "terceirização"
População (Forças Políticas Neoliberais)	Neste polo foram incluídas as palavras-chave combinadas relacionados ao item-chave “forças políticas neoliberais”. Recuperou 23.720 publicações.	TX "neoliberalismo" OR "forças políticas"
Contexto (Sistema Único de Saúde)	Neste polo foram incluídas as palavras-chave combinadas relacionados ao item-chave “Sistema Único de Saúde”. SUS – Porém devido a vários descritores sinônimos pontuados resolvemos reduzir os demais descritores para o número de uma palavra-chave. Recuperou 4.822.256 publicações	TX "Sistema Unico de Saude"

Fonte: elaboração dos autores

A composição da sintaxe final foi composta pelo operador Booleano “OR” e “AND” conectando os polos apresentados: Polo fenômeno OR polo contexto AND polopopulação. Esta sintaxe final é: TX ("serviços terceirizados" OR "organizações sem fins lucrativos" OR "privatização" OR "organizações sociais" OR "OS" OR "OSS" OR

"OSCIP" OR "terceiro setor" OR "reforma do Estado" OR "gerencialismo" OR "reforma gerencial" OR "terceirização") AND TX ("neoliberalismo" OR "forças políticas") AND TX "sistema único de saúde". Ao testá-la a base de dados, recuperava o total de 342 resultados (publicações identificadas). Ao trabalhar com a sintaxe final descrita acima, foi possível identificar que os 342 estudos foram produzidos entre 2010 a 2019. A partir dos títulos e resumos disponíveis, foram desconsiderados aqueles que estavam repetidos (2 publicações). Na fase de rastreamento foram excluídas as publicações que representavam outro material bibliográfico diferente do formato artigo científico (literatura cinza, ou seja, anais de congressos, relatórios ministeriais dentre outros – 296 publicações) e os que não tinham relação com o tema (25 publicações), onde todos os textos selecionados estavam disponíveis para leitura na íntegra. Na fase da elegibilidade, os 3 artigos que foram para leitura do texto completo de fato estavam direcionados à pergunta de pesquisa e estavam todos disponíveis em acesso livre na internet. Após leitura na íntegra nenhum estudo foi descartado pois apresentaram relação direta com a pergunta de pesquisa.

Ao final, 3 artigos foram considerados como incluídos nesta revisão. Este processo de processo de seleção da literatura está descrito no fluxograma do PRISMA apresentado na figura 1. No intuito de aprofundar o estudo, paralelamente identificamos os autores dos artigos científicos que analisam as forças políticas neoliberais que estão provocando a terceirização da saúde pública no Brasil, também iremos caracterizar os grupos científicos nos quais estes autores pertencem e suas relações sociais com governos e empresas, assim como os financiamentos de pesquisa que recebem. Para isso foi utilizado o currículo Lattes para identificar dados sobre a trajetória profissional destes pesquisadores e sua ligação a grupos de pesquisa (verificada pelo Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPq). Desta maneira coletou-se dados sobre: dados profissionais (nome, formação, doutorado), científicos (grupos de pesquisa que é filiado e revista de sua última publicação) e relações no âmbito do trabalho (trabalho atual, caminho profissional, trajetória profissional – pública ou privada) e relações pessoais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o detalhamento da análise preliminar pode-se traçar um panorama acerca dos grupos científicos que possuem relações com o campo de estudo proposto neste trabalho, estruturados os quadros que seguem onde foram identificados os principais pesquisadores e seus grupos científicos, além de um estudo preliminar mostrando

uma breve trajetória profissional deles, bem como seus vínculos profissionais e os tipos de financiamento que recebem para a realização de seus estudos. Na análise dos quadros apresentados pode-se concluir que a grande maioria dos pesquisadores possui formação em universidades públicas, com conclusão de Doutorado e participação em grupos de pesquisa relacionados a Economia, Contabilidade ligados à área de auditoria de ativos e passivos. Outro fator importante refere-se ao fato de que todos os pesquisadores citados atuam com vínculos em serviços públicos de referência. No quadro 2, foram realizados os levantamentos das trajetórias profissionais dos pesquisadores onde foi possível identificar que dos 7 (sete) pesquisadores apenas 1 (um) está atuando exclusivamente na área pública, enquanto 6 deles encontram-se prestando algum tipo de serviço à iniciativa privada. Em relação à formação universitária é importante destacar que 3 destes profissionais possuem formação em Ciências Contábeis, 1 em Matemática, 1 em Direito, 1 em Relações Internacionais e apenas 1 em Enfermagem. Quanto ao local de atuação profissional pode-se levantar que 3 encontram-se na região Nordeste, 2 no Espírito Santo, 1 no Rio de Janeiro e 1 em São Paulo. Apenas 1 deles não possui doutorado, porém seus campos de pesquisa estão relacionados às áreas financeira, ambiental e jurídica. Também foram detalhados os grupos de pesquisa a que cada autor pertence, onde foram apresentados os objetivos dos respectivos grupos, o grau de formação destes profissionais bem como a formação dos demais participantes, destacando suas principais lideranças, onde foram traçados um breve histórico profissional dos principais organizadores destas pesquisas bem como as instituições com que possuem parceria para a realização destes trabalhos.

No quadro 4, pode-se observar a carreira destes pesquisadores onde apenas 1 deles possui uma trajetória profissional exclusivamente pública, os demais trabalharam em serviços públicos e privados. Outro fator que merece destaque refere-se ao fato de que todos estes pesquisadores não possuem qualquer tipo de financiamento para a realização de seus grupos de pesquisa. No quadro 5, foram levantadas as relações destes pesquisadores com os grupos de pesquisa e instituições dos quais fazem parte e as lideranças dentro destes estudos. Pode-se notar que apenas 3 destes pesquisadores estão ligados a universidades públicas localizadas mais especificamente na região Nordeste (UFPE) e na região Sudeste (UFRJ-UFES), além de parcerias com universidades estrangeiras. Os demais líderes destes grupos de estudo estão vinculados às universidades e/ou associações de caráter privado. Quanto às áreas de pesquisa analisadas podem-se destacar: Serviços Contábeis, Finanças e Sustentabilidade, Direito à Saúde, Direitos Humanos e Ciências Sociais. Para que se pudesse tecer uma análise sobre a relação entre os pesquisadores que representam esses interesses na terceirização da saúde e seus trabalhos científicos, foi necessário organizar uma descrição do que os autores apresentam em seus artigos sobre a terceirização, demonstrando os argumentos que usam para justificar esta medida gerencial na saúde.

No estudo de Silva e colaboradores, evidenciamos que os autores narram sobre a eficácia dos resultados positivos, quando de maneira planejada e sistematizada se executa as ações necessárias envolvendo em bloco toda as prestações de contas, monitoramento na íntegra de todas as notas fiscais emitidas e recebidas, elaboração de contratos de serviços de terceiros, acompanhamento sistemático do recolhimento das guias de tributos e outros objetos que se fizerem necessárias no decorrer na análise em benefício das Organizações Sociais, compartilhando através da transparência e integridade os dados nas prestações de contas com exatidão e fidedignidade contábeis. Os resultados do controle interno do órgão supervisor na fiscalização dos contratos de gestão na área de saúde é uma prática jurídica indispensável, tendo como objetivo indicar, sempre que possível, quais as medidas corretivas a serem adotadas pelas autoridades supervisoras, quando detectadas eventuais irregularidades ou inconformidades contratuais⁶.

“Por outro lado, como suporte a fiscalização primária exercida pelas comissões de avaliação, existe a figura do controle interno do órgão supervisor do contrato de gestão. Tal controle, também

chamado de controle interno administrativo, objetiva verificar se os atos oriundos do contrato estão sendo executados em consonância com o que determina a legislação”⁶.

É importante perceber que, por mais que os autores estejam preocupados com o cumprimento adequado da ‘letra da lei’, ao não fazerem uma crítica ao processo de terceirização que isto significa fariam por ratificar o papel da iniciativa privada na gestão do SUS.

Ainda, para além das questões econômicas e jurídicas o presente artigo manifesta como as Organizações Sociais através de controle interno devem avançar no planejamento da estrutura de governança e administração, proporcionando segurança razoável às operações em conformidade com o objetivo de atingir a excelência no contrato, ou mesmo quando necessário, corrigir as eventuais improbabilidades que possam comprometer a gestão e todos os atos e procedimentos administrativos inerentes ao contrato de gestão⁶.

“Dessa forma, a organização social deve, periodicamente, apresentar relatório de seus resultados e prestar contas dos recursos transferidos, que serão acompanhados pelas Comissões de Avaliação compostas por servidores públicos designados pela autoridade supervisora que devem atender ao preconizado na Lei em comento”⁶.

Por essas razões o respectivo controle interno administrativo, objetiva verificar se os atos oriundos dos contratos estão sendo executados em consonância com o que determina a fiscalização, legislação e justiça. Na interpretação objetiva deste estudo podemos identificar os autores alertando sobre a necessidade do alinhamento e apoio nas decisões como ato preventivo em apoio a fiscalização primária exercida pelas comissões de avaliação, e supervisores dos contratos⁶. Contudo, mais uma vez se estabelece a ideia de as OS são elementos já constitutivos do sistema de saúde, e, portanto, sem nenhuma crítica ao seu papel privatizante.

Baird analisa a política do setor de saúde suplementar, com foco na disputa de poder na ANS, apontando que, embora não tenha identificado um “processo de captura” na ANS, a permeabilidade entre privado e agência mostra-se crescente, não apenas na ocupação de postos de diretoria, mas em outros dados não estudados no presente artigo, como o incremento dos vínculos do empresariado com a diretoria colegiada e com o restante do corpo de funcionários e a intensificação do fenômeno *revolving door* “porta giratória” onde torna-se repetido e recorrente as situações citadas acima, somado a pressões externas vindas do Ministério da Saúde avoluma-se na agência a flexibilização das regulações⁷.

Embora conclua-se, que, se por um lado não houve desvio de curso na microrregulação praticada pela ANS, em que pesem os espaços de influência angariados pelo empresariado, por outro, as conexões e o financiamento realizados pelas grandes empresas parecem ter-lhes assegurado condições de crescimento, especialmente por meio de subsídios e da permissão ampliada de fusões e aquisições via mercado externo⁷.

“A custos marginalmente impostos ao setor regulado pela agência, correspondeu a possibilidade de uma forte expansão propiciada pelo Executivo central e pelo Poder Legislativo”⁷.

Assim, se os fatores institucionais são predominantes na explicação do papel da ANS, o jogo político externo à agência é determinante para se compreender a configuração mais ampla da regulação na saúde suplementar, em particular as oportunidades abertas à atuação empresarial⁷.

“Na esfera política mais ampla, o jogo é claramente mais desigual e favorável ao setor privado, restando saber se a influência empresarial conseguirá se estender, igualmente, à ANS e ao Judiciário”⁷.

Neste estudo, mais uma vez, restringe-se a uma descrição do processo de terceirização sem nenhuma crítica direta. É importante ressaltar que não parece razoável tomar a privatização (no caso, do papel da autarquia ANS que perde poder no âmbito público) para ratificar uma

Quadro 3. Nome, dados profissionais, científicos e relações pessoais no âmbito do trabalho e pesquisa dos pesquisadores relacionados às pesquisas de terceirização da saúde pública no Brasil.

Nome	Formação	Doutorado	Grupo Pesquisa 1	Grupo Pesquisa 2	Grupo Pesquisa 3	Últimas publicações	Trabalho atual	Caminho Profissional
G. G. S.	Ciências Contábeis Universidade Federal da Paraíba UFPB	Não possui	nenhum	nenhum	nenhum	Revista Científica Hermes	Gerente Executivo de contratos, Governo da Paraíba	Público
V. L. C.	Ciências Contábeis Universidade Católica de Pernambuco	Universidade Potiguar	Oferta e Procura de Serviços Contábeis para Pequenas e Médias Empresas Brasileiras	nenhum	nenhum	Revista Amazônia, Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento	Universidade Federal da Paraíba	Privado - Público
R. R. S.	Ciências Contábeis Centro Universitário João Pessoa	Universidade Federal de Pernambuco	GEFINS – Grupo de Estudos em Finanças e Sustentabilidade	nenhum	nenhum	Revista Administração em Diálogo, Revista Ciências Administrativas	Universidade Federal de Pernambuco	Privado - Público
R. J. G. L.	Matemática Universidade Federal da Paraíba	UFRJ	nenhum	nenhum	nenhum	Revista JCR, Revista da Micro e Pequena Empresa	Universidade Potiguar	Público
S. M. S.	Direito Faculdade de Direito de Vitória	Faculdade de Direito de Vitória	Pesquisa de extensão em Políticas Públicas, Direito a saúde e Bioética	nenhum	nenhum	Revista Direitos fundamentais e Democracia, Revista Espaço Jurídico	Assessora Jurídica do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)	Público
E. C. A. B.	Enfermagem UFES	UnB	Human Rights Constitutional Challenges	Segurança social, trabalho decente e desenvolvimento	Estudos Políticos e Institucionais	Opnión Jurídica	UNIRIO	Público
M. F. B.	Relações Internacionais PUC SP	USP - Sanduiche Columbia	nenhum	nenhum	nenhum	Revista de Ciências Sociais, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais	USP - FFLCH	Público

Fonte: elaboração dos autores

certa ‘normalidade’ na captura de uma agência pública pelos interesses privados sobre a regulação do próprio setor privado em saúde. Já no último artigo, os autores enfatizam uma conjuntura marcada por propostas políticas estimuladoras da abertura do mercado ao capital estrangeiro, da privatização de empresas e de serviços públicos, bem como da desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, deixando evidente que já não é possível ignorar as influências do capital nas políticas de saúde brasileira ao longo dos últimos anos⁸. Na análise fica evidenciado o alinhamento das esferas políticas no loteamento da saúde, à proeminência do privado sobre o público, o retrocesso no âmbito dos direitos sociais, especialmente no setor saúde que sofre com a desestruturação diária do caminho construído em busca da Reforma Sanitária. Os discursos enunciados são carregados de intencionalidade que muitas vezes impedem que sejam percebidos como instrumentos políticos no fortalecimento de tais práticas sociais⁸.

A promiscuidade invade as instituições, tornando-se necessário analisar e descortinar as concepções que circundam o imaginário social coletivo, conduzindo-nos, à reflexão de valores que tem orientado gestores na administração de recursos e na gestação de políticas de saúde, deixando uma incógnita na ética que tem orientado e sustentado essas práxis. O avanço neoliberal na política brasileira tem gerado constantemente o sucateamento da saúde brasileira que avançam através de uma racionalidade mercadológica, muitas vezes evidenciada com a implementação de políticas que visam forjar a dinâmica do capitalismo, pautadas na lógica lucrativa do maior retorno, trazendo à tona uma relação paradoxal entre a ética e o mundo de consumidores⁸. A proposta de democratização da saúde tem sido

desconstruída em favor de um projeto privatista, que apesar de todo avanço político conquistado nos anos anteriores, tem se consolidado como um projeto de saúde contemporâneo, pautado numa política de ajuste, com tendências a contenção dos gastos, a racionalização da oferta e a descentralização com isenção de responsabilidades do poder central. Tais ações, geridas pelo viés das leis de mercado, parecem cada vez mais estar caminhando na contramão dos grandes órgãos internacionais promotores da saúde coletiva⁸. Ao Estadofica a impressão de ter que garantir apenas o mínimo constitucional para as populações vulneráveis, deixando quase que exclusivamente para o setor privado o atendimento aos “cidadãos consumidores”. Ao buscar a reinvenção das temáticas em Saúde, através de uma vertente predominantemente economicista, as políticas sociais tem sido empurradas ao abismo do cumprimento da eficiência, da eficácia e rumo à privatização⁸.

Diferentemente das demais concepções, é importante enfatizar que a concepção de saúde como bem de consumo nos coloca diante do desafio de salvaguardar o Sistema Único de Saúde (SUS) ante a implantação de medidas que revelam a adesão a uma racionalidade mercadológica, tendente a privilegiar o privado em detrimento do público, que nos situa na contramão da cultura inspirada pelos princípios do SUS e, mais que isso, na contracorrente dos objetivos declarados por organizações internacionais tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS)⁸.

Quadro 4. Financiamento de pesquisa e trajetória profissional dos pesquisadores da saúde que defendem a terceirização da saúde pública no Brasil

Pesquisador	Financiamento de Pesquisa	Locais de Trabalho	Trajétoria Profissional
G. G.S.	Não	UFPB Tribunal de Contas PB Instituto Cândida Vargas SES Saúde PB Supervisão de Contratos PB	público público público público público
V. L. C.	Não	UFPB UFPE WT manutenções elétricas FCAP Faculdade Pernambuco Indaia transportes Construtora Maranhão PM Jaboatão dos Guararapes STI Suporte Shopping Norte - Guararapes	público público <i>privado</i> público <i>privado</i> <i>privado</i> público <i>privado</i> <i>privado</i>
R. R. S.	Não	UFPE UFPB UNICRED UNIPÊ Consórcios MAIA LUMA Trading Energisa PB	<i>privado</i> público <i>privado</i> <i>privado</i> <i>privado</i> <i>privado</i> público
R. J. G. L.	Não	Universidade Potiguar Leone Consultoria UNILEAO Faculdades Vale Salgado	público <i>privado</i> <i>privado</i> <i>privado</i>
S. M. S.	Não	TJES PM Vitoria Faculdade de Direito de Vitoria UFRJ Fórum Cível Vitoria Fórum Criminal Vitoria	público público <i>privado</i> público público público
E. C. A. B.	Não	Faculdade de Direito de Vitoria RIEES Educação Espírito Santo UFES UFRJ UFBA FAESA Espírito Santo HU Cassiano Antônio Moraes SUS – Conselho Estadual Saúde IDAPES GAZETA Colunista ESMPU Ministério Público Polícia Militar Espírito Santo	<i>privado</i> <i>privado</i> público público público <i>privado</i> público público <i>privado</i> público público público público público público público público público público
M. F. B.	Não	ESPM Escola do Parlamento - CMSP FGV ACT Promoção da Saúde USP Instituto Sou da Paz IDEC Defesa do Consumidor FMU PMSB Instituto Empreender Conectas Direitos Humanos	<i>privado</i> público <i>privado</i> <i>privado</i> público <i>privado</i> <i>privado</i> público <i>privado</i> <i>privado</i> público <i>privado</i> <i>privado</i> público <i>privado</i> <i>privado</i> público <i>privado</i> <i>privado</i>

Fonte: elaboração dos autores

Tendo em vista a análise dos resultados apresentados acima, pode-se destacar que nos quadros apresentados acima, a maioria dos pesquisadores possuem formação acadêmica em universidades públicas e pós-graduação em nível de doutorado. No entanto, torna-se evidente que estes ex-alunos que concluíram seus estudos com financiamento exclusivamente público, atualmente possuem vínculos de trabalho no sistema privado e privado-público, além disso estão ligados à grupos de pesquisas que não possuem quaisquer tipos de compromissos com os princípios do SUS. Estes grupos que, de forma direta ou indireta, passam a trabalhar em prol da efetivação dos processos de terceirização do sistema público de saúde e, em sua maioria não estão preocupados com a eficiência dos serviços prestados à população, mas sim com o mercado de extensões continentais e a lucratividade intrínseca a este fenômeno neoliberal avassalador que vem colocando em xeque a saúde pública brasileira. Vale destacar também que são grupos de pesquisa que estão relacionados à Economia, Contabilidade muito mais voltada aos setores de auditoria de ativos e passivos, onde apenas uma das

pesquisadoras possui formação na área de Enfermagem. Porém, ao ser realizada uma busca mais aprofundada nos quadros apresentados acima, pode-se perceber que a única pesquisa da área de enfermagem, ou seja, que em tese seria a mais ligada diretamente à Saúde no sentido do cuidado, está na verdade voltada aos processos de judicialização do sistema único de Saúde e seus custos, no sentido de apresentar dados com o custeio com estes processos. Quem destes em algum momento tentou entender realmente os gastos do sistema público como investimento em saúde e qualidade de vida? Seria a iniciativa privada capaz de deixar de visar a lucratividade para custear realmente sem fins lucrativos um atendimento de excelência para a população? Infelizmente é muito triste perceber que praticamente inexistem pesquisadores voltados a análise da eficiência dos serviços de Saúde, que vem sendo cada vez mais entregues nas mãos de organizações de caráter cada vez mais duvidoso. Pode-se contrapor esta análise levantando a priori que estes pesquisadores citados a princípio possuem vínculos em serviços públicos de referência, mas parece que o mercado necessita trazer para si agentes com “boas”

Quadro 5. Filiações e relações dos pesquisadores com os grupos científicos e suas instituições parceiras. 2020

Pesquisador	Grupo de pesquisa em que está filiado	Repercussões	Número de doutores	Número de mestres	Número de graduandos	Outros pesquisadores filiados	Instituição parceira	Líder do Grupo de Pesquisa	Autodescrição do pesquisador líder do grupo científico
V.L.C.	Oferta e Procura de Serviços Contábeis para Pequenas e Médias Empresas Brasileiras	Pesquisas do SEBRAE (2004), no Brasil, e outras pesquisas similares em outros países (Cooper et alli. 1998; Reynolds, 1987; Small Business Service - UK, 2004; Knaup, 2005), revelam que as pequenas e médias empresas têm alta taxa de mortalidade em seus primeiros anos de vida	15	5	1	1	Managing Business Information Consulting - Empresa Extinta (encerramento)	L.C.M.	Professor Titular do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFPE. Atualmente coordena um projeto de pesquisa sobre utilização da contabilidade gerencial nas pequenas e médias empresas. Atua na área de Administração e Contabilidade, com ênfase em Contabilidade Gerencial Controladoria e Custos.
R.R.S.	GEFINS – Grupo de Estudos em Finanças e Sustentabilidade	Espera-se estimular os estudos em temas de finanças, especialmente, governança corporativa, estrutura de capital, gestão de riscos, sustentabilidade e finanças de curto prazo, disseminando o conhecimento para a academia e para as empresas	8	2	1	1	Nenhum registro adicionado	J.F.S.	Atualmente está na Vice-coordenação do PROPAD/UFPE e esteve na Coordenação do Mestrado Profissional em Administração (MPA/UFPE) até início de 2020. É membro do Comitê Científico de Finanças do ANPAD. Membro do Comitê Interno do PIBIC/UFPE/CNPq desde 2012. Possui graduação em Engenharia Elétrica (1983). Tem experiência profissional na área de Administração, com ênfase em Administração Financeira, atuando academicamente com os seguintes temas: governança corporativa, estrutura de capital, desempenho, práticas de governança corporativa e monte carlo
S.M.S.	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito a Saúde e Bioética – BIOGEPE	A complexidade e as contradições que envolvem as políticas sociais no Brasil e em especial a política de saúde, foram determinantes na gestação do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética – BIOGEPE. Nesse contexto, a emergência de temas como a bioética e o enfrentamento dos conflitos morais em uma sociedade cada vez mais plural e na qual o desenvolvimento científico coloca profissionais da saúde e do direito, diante da necessidade de tomar decisões.	20	9	10	9	UFRJ - UFES	E.C.A.B.	Livre Docente pela Universidade do Rio de Janeiro (UnRio). Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Editora da Revista Direitos e Garantias Fundamentais (QUALIS A 1). Coordenadora do Grupo do BIOGEPE- Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética. Consultora ad hoc da CAPES/MEC, para a área do Direito. Membro da Rede Interamericana de Pesquisa em Direitos e Garantias Fundamentais. Colunista de A Gazeta. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Bioética. Professora Associada II aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
E.C.A.B.	Human Rights and Constitutional Challenges	Discutir os conceitos e preocupações dos direitos humanos nos níveis nacional e regional do Estado de Direito; 2. Promover a cultura e a educação em direitos humanos de acordo com os padrões da democracia; 3. Estudar e pesquisar direitos humanos e novas tecnologias; 4. Acessar as críticas à efetivação dos direitos humanos por meio de deveres fundamentais; e, 5. Discutir Jurisdição Constitucional e Hermenêutica sobre Elaboração de Direitos Humanos.	11	5	12	0	Universidade de Salamanca, Universidade do Porto, UENF, UNIFAP, Faculdade de Direito de Vitória, Universidade de Beijing, Universidade do Paraguai	C.G.C.	Diplomado pela Escola Superior de Guerra: Curso Superior de Defesa e Curso de Política e Estratégia, 2019. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1994), com especialização em Direito e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999). Tem experiência na área de Direito e das Ciências Políticas, com ênfase em Direito Público: Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Administrativo, Direito de Família e Teoria do Direito e da Constituição, atuando principalmente nos seguintes temas: controle da administração pública, papel socioinstitucional do Ministério Público e políticas públicas; controle de constitucionalidade e processo constitucional; relações e direitos familiares; serviços públicos; Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos, Combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas; Justiça Global e Prevenção ao Crime: Contra-terrorismo; Criminalidade Organizada e Corrupção
	Segurança social, trabalho decente e desenvolvimento	Não apresenta	9	9	1	2	Não há registro	C.L.S.	Professor de Direito Constitucional. Doutor em Direito, UFSC. Estágio Pós-Doutoral na PUC-RS (2012-2014) sob a supervisão do Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet. É professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e da Universidade Positivo (UP), Curitiba, PR. Professor convidado da Pós-Graduação da ESMAFE-RS, Escola da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul (desde 2013) e da FEMPAR - Fundação Escola do Ministério Público do Paraná (desde 2019). Conselheiro Editorial e avaliador de várias revistas especializadas em direito constitucional no Brasil e no exterior. Editor-Adjunto da Revista especializada em Direitos Fundamentais, Espaço Jurídico Journal of Law EJLL (Qualis-CAPES A1), do Mestrado em Direito da UNOESC. Áreas de atuação e de pesquisa: Direito Constitucional, Políticas de Segurança Social, Desenvolvimento; Economia do bem-estar social; Finanças públicas; Direito da Educação (Educação básica e superior); Editoração Científica
	Estudos Políticos e Institucionais	Grupo de Estudos Políticos e Institucionais (GEPI) tem sua origem no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais (NEPCS), que foi criado em 1997. Esteve vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES, desde sua criação em 2009. Foram realizadas diversas pesquisas, nas três principais linhas que compunha o NEPCS. Em razão das mudanças ocorridas excluímos o NEPCS para criar o atual Estudos Políticos e Institucionais mais aderente as pesquisas em curso pelos pesquisadores.	4	2	0	3	Faculdade de Direito de Vitória	M.Z.S.	Livre Docente pela Universidade do Rio de Janeiro (UnRio). Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Editora da Revista Direitos e Garantias Fundamentais (QUALIS A 1). Coordenadora do Grupo do BIOGEPE- Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética. Consultora ad hoc da CAPES/MEC, para a área do Direito. Membro da Rede Interamericana de Pesquisa em Direitos e Garantias Fundamentais. Colunista de A Gazeta. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Bioética. Professora Associada II aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Fonte: elaboração dos autores

formações acadêmicas para validar através destes currículos seus feitos nada apreciáveis para com os trabalhadores e usuários dos serviços públicos de saúde. Um outro fator importante a ser observado é a utilização dos cargos em serviços públicos que tais pesquisadores ocupam que mais parecem servir como uma ponte estratégica entre o técnico e o político ou mesmo entre o ético e suas diferentes formas imperceptíveis de transgressão. É importante citar também, mesmo que as revistas científicas estão sendo utilizadas apenas como trampolins para este nicho de pesquisadores. Uma outra importante pergunta a se fazer é por quê e por quem estas publicações são financiadas? Torna-se evidente a tentativa através da publicidade de divulgar e promover a terceirização da Saúde Pública como algo moderno e necessário para a primazia capitalista mostrando o afogamento dos países que muito lutaram para o direito universal de acesso a saúde.

Na ótica atual nos deparamos com o enfraquecimento das revistas e periódicos científicos, fato esse que se deve ao empobrecimento com o passar do tempo de artigos e pesquisas. Notamos um grande número de artigos aumentando exponencialmente a quantidade e diminuindo a qualidade proporcionalmente. Evidencia-se assim que estas tais editoras sofrem com o déficit de transferência de recursos sofrendo diretamente com o abandono editorial e indiretamente com a escassez das publicações de relevância e com qualidade de pesquisadores unidos pela ética e pela responsabilidade. Faz-se frente a essas deficiências um governo voltado a degradação da cultura, onde armado e incumbido marcha a frente engajado em retalhar e acuar os centros de pesquisas e as universidades públicas. Notamos que as universidades públicas nos dias atuais sofrem com ideias neoliberais impostos, apresentando uma baixa resistência devido ao boicote financeiro promovido pelas ideias retrógradas que permeiam o desgoverno atual. No aprofundamento das relações pessoais destacamos outro ponto negativo oriundo dos orientadores de mestrados e doutorados, dos pesquisadores em questão, onde o enfoque da maioria dos temas deslumbra a terceirização, as concessões e o aprimoramento do meio privado. Pode-se notar nestes trabalhos, que há um comprometimento com as problemáticas do sistema de saúde como um todo, visando uma análise crítica e uma preocupação por parte dos pesquisadores com a relevância social e científica acerca dos conteúdos produzidos pelos mesmos nestes artigos. Cabe ainda enfatizar, que apesar de todos os pesquisadores exercerem seus trabalhos no setor público, pode-se notar que ao longo de suas trajetórias profissionais, alguns foram se perdendo nas encruzilhadas do sistema privado e esqueceram-se do início de suas jornadas e de quem os carregou nos braços nos saudosos anos do ensino fundamental à universidade, passando a atuar sem o devido comprometimento para a promoção de ações em prol das instituições e interesses públicos, como deveriam ter aprendido nos bancos das universidades públicas. Por fim, fica claro nos resultados obtidos a ausência de linhas de pesquisa tanto por parte de financiamento do governo bem como pelos próprios pesquisadores que de forma apática acabam acatando os temas relacionados às linhas já existentes, porém sem o comprometimento com as necessidades público-governamentais.

Considerações finais

Em conformidade com os levantamentos realizados na pesquisa em questão, pode-se concluir que a relação público-privada no âmbito do sistema de saúde brasileiro é caracterizada pela disputa de poderes entre as esferas política, social e econômica. Desde o seu nascimento, o SUS, vem sendo prejudicado no que tange a sua expansão, bem como através do processo de subfinanciamento, uma vez que ainda há uma evidente indefinição das fontes de suas fontes de recursos o que resulta num cenário extremamente desanimador quanto a efetivação do direito universal à saúde como direito de cidadania, garantido a duras penas pela nossa constituição. Esta precarização dos serviços públicos de saúde torna-se um fator determinante para a expansão e fortalecimento cada vez maior do mercado privado, que passa a se sentir com força capaz de introjetar também o serviço público e ampliar seus horizontes mercadológicos como fizeram os grandes navegadores portugueses ampliando seus domínios sobre os territórios

em tese ainda não explorados e considerados “mais frágeis”. Há então um jogo de forças entre o sistema privado querendo cada vez mais invadir o sistema público e que travam lutas diárias com as forças de resistência entre elas os servidores públicos, os conselhos de saúde e até mesmo usuários destes serviços, que não aceitarão de forma pacífica o processo de desmonte do SUS. Eis que surgem como reforços as organizações sociais “sem fins lucrativos”, que se lançam como verdadeiras “cruzadas” que surgem para ajudar os mais vulneráveis e que acabam promovendo este desmonte de maneira mais imperceptível e com maior eficiência, funcionam com o uma espécie de “bandeirantes” da atualidade. Neste sentido, faz-se necessário produzir ações que visem fortalecer o SUS, desde o fortalecimento das instituições e universidades uma vez que a maioria dos pesquisadores oriundos das universidades públicas não tem se preocupado como deveriam com a defesa dos serviços de saúde. Para defender o SUS, iniciando este processo dentro das universidades é imprescindível que cada um de nós nos perguntemos: Qual a relevância social dos temas que são pesquisados nas universidades públicas? Como estas pesquisas, financiadas com impostos pagos sobretudo pelos mais vulneráveis, poderão colaborar para a transformação da sociedade atual?

REFERÊNCIAS

- Albuquerque AF. Instituições públicas versus instituições privadas de saúde: um reflexo da desigualdade social brasileira. *Revista Acesso Livre*, Vol 3, Iss 3, Pp 5-16 (2015).
- Alves DFA, Carnut L, Mendes A. Dimensionamento da ‘economia política’ na ‘economia da saúde’: para refletir sobre o conceito de sustentabilidade. *Saúde debate*.2019; 43(spe5):145-160.
- Baird MF. Da Hegemonia sanitária ao domínio liberal: investigando os fatores que impediram uma inflexão liberal na agência nacional de saúde suplementar (ANS) (2004-2014). *Revista de Ciências Sociais*, 2019, Vol. 62 Issue 4, p1-43, 43p.
- Barros S, Brito BTC, Ernestina A. A política de saúde sob o governo Temer: aspectos ideológicos do acirramento do discurso privatista. *O Social em Questão*, may-aug2019, Vol. 21 Issue 44, p67-86, 20p.
- Bisco B, SARRETA FGCO. A construção do direito à saúde e do SUS no cenário neoliberal e a contribuição do Serviço Social. *Textos & Contextos*. 2019, Vol. 18 Issue 1, p78-90. 13p.
- Borges CJP, Barcelos M, Rodrigues MS. Empresarização da saúde pública: o caso da EBSERH. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, oct/dec2018, Vol. 12 Issue 4, p75-90, 16p.
- Bussinger ECA, Salles SM. A precarização do direito humano fundamental ao trabalho nas organizações sociais de saúde. *mai-ago2018*, Vol. 19 Issue 2, p375-410, 36p.
- Bussinger ECA, Salles SM. Saúde no contexto da inter-relação público-privado: um bem público, um bem de consumo ou um direito humano fundamental com vistas à universalidade? *Revista de Direitos Fundamentais & Democracia*, mai-ago2018, Vol. 23 Issue 2, p104-137, 34p.
- Campos CMS, Nildo V, Soares CB. Mudanças no capitalismo contemporâneo e seu impacto sobre as políticas estatais: o SUS em debate. *Saúde e Sociedade*. June 2015 24(suppl 1):82-91.
- Carnut L, Mendes A. Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. *Saúde e Sociedade*. 2018, Vol. 27 Issue 4, p1105-1119. 15p.
- Cohn A. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. *Lua Nova*, Jan-Apr2020, Issue 109, p129-162, 34p.
- Em Pauta. 2019, Vol. 17 Issue 43, p60-73. 14p.
- Fiuza J. Privatização da saúde no Brasil: da ditadura do grande capital aos governos do PT.
- Mendes A, Zöllner MAI, Marques MCC, Jansen MF, Silva THS. A contribuição do pensamento da saúde coletiva à economia política da saúde. *Saúde e Sociedade*. Oct-Dec2017, Vol. 26 Issue 4, p841-860. 20p.
- Metten A, Silveira LC, Grabois CAG, Maldonado J. A introdução do complexo econômico industrial da saúde na agenda de

- desenvolvimento: uma análise a partir do modelo de fluxos múltiplos de Kingdon. *Revista Brasileira de Administração Pública*, jul/ago2015, Vol. 49 Issue 4, p915-936, 22p.
- Misoczky C, Maria, Abdala PR, Damboriarena L. A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho de Estado no Brasil: Continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo. *Administração Pública e Gestão Social*, Jul-Sep2017, Vol. 9 Issue 3, p184-193, 10p.
- Ronice MPFS, Schmaller VPV, Leal EVK, Xavier AB. O novo patamar da contrarreforma da política de saúde no Brasil e os desafios para a Política Nacional de Promoção da Saúde. *O Social em Questão*, may-aug2019, Vol. 21 Issue 44, p45-66, 22p.
- Santos RT. O neoliberalismo como linguagem política da pandemia: a Saúde Coletiva e a resposta aos impactos sociais. *Revista de Saúde Coletiva*, 2020, Vol. 30 Issue 2, p1-9, 9p.
- Silva GG, Santos VR, Cruz VL, Santos RR, Leone RJ. Contratos de gestão com organizações sociais: O papel dos sistemas de controle interno como ferramenta de acompanhamento e fiscalização, mai-ago2018, Vol. 21, p274-294, 21p.
